

## 5. CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

**A** partir da década de 30, com a completa estatização dos serviços de saneamento, o setor público passou a ser o responsável pelo financiamento dos investimentos no setor. Os governos estaduais encarregaram-se, até o final dos anos 60, da maior parcela desses gastos.

Com a criação do FGTS (em 1966), do SFS (em 1968) e do Planasa (em 1972), o governo federal passou a ser a maior fonte de financiamento, conforme analisado nos capítulos 2 e 3 deste trabalho. Os governos estaduais, por meio das companhias estaduais de saneamento básico (CESBs), tiveram papel relevante não só na implantação do plano nacional de saneamento como também no aporte de recursos para investimento, mediante a constituição dos fundos estaduais de água e esgotos (FAE).

O esgotamento do Planasa, assim como a evidência de que suas fontes de financiamento não poderiam dar seqüência à tarefa de universalizar os serviços de água e avançar significativamente na coleta e tratamento de esgotos, apontam para a necessidade de criação de uma nova engenharia financeira para o setor.

Conforme já delineado pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento, o novo esquema de financiamento em estudo prevê a parceria dos setores público e privado, cuja possibilidade real de êxito tem sido comprovada em diversos países.<sup>27</sup>

---

27 Ver levantamento sobre experiências internacionais relevantes, em Infurb/USP, Proposta de Novo Ordenamento Institucional para o Setor Saneamento, PMSS, abril de 1994.

Assim, a prestação dos serviços deve evoluir para uma redução do papel da União, que deverá se encarregar dos aspectos gerais de regulação; descentralização para os estados e municípios, inclusive dos aspectos relativos ao financiamento dos investimentos; menor intervenção do setor público, que deverá, permanentemente, se encarregar da regulação e do controle; e adoção de um modelo institucional e financeiro menos rígido, onde haja autonomia, flexibilidade, descentralização e competitividade.

As possíveis fontes de financiamento dos investimentos já analisadas até o momento incluem recursos oriundos das seguintes fontes:

- orçamento público - federal, estadual e municipal;
- fundos públicos - de poupança compulsória, como o FGTS, ou vinculados a tributos, como os fundos constitucionais e o PIN/Proterra;
- empréstimos externos - de fontes de crédito bilaterais, multilaterais e privadas;
- incentivos fiscais - deduções, abatimentos e créditos;
- tarifas;
- títulos de capitalização - ações e debêntures.<sup>28</sup>

O setor público ainda será um importante investidor em saneamento, tanto na fase de transição do modelo como também para garantir, em médio e longo prazo, a universalização do acesso aos serviços e

---

28 Para um maior detalhamento das propostas de financiamento ver Rezende, F., e Paula, T. B., Linhas Gerais de uma Proposta de Reestruturação do Financiamento da Política de Saneamento, PMSS, março de 1994, e Rezende, F.; Paula, L. F. R.; Santos, M. M.; e Coriolano, M. S. A., O Financiamento do Setor Saneamento (1º relatório parcial), PMSS, maio de 1994.

a equalização das condições de empréstimo às regiões menos desenvolvidas. Gradualmente, o Estado deverá reduzir sua participação na prestação direta dos serviços e na realização dos investimentos necessários, evoluindo para formas que incluam a terceirização, a participação minoritária de capitais privados e até a privatização total, regulada pelos poderes públicos, onde isto for possível e adequado.

As soluções deverão, obviamente, variar de acordo com as peculiaridades de cada região ou local, eliminando a padronização e considerando a capacidade de pagamento da população, as possibilidades de investimento das macrorregiões, as áreas urbanas especiais (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões) e os aspectos geográficos dos locais que abrigam os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na criação de uma nova política de financiamento para o saneamento, o governo federal deverá levar em conta os níveis de renda das macrorregiões e unidades da federação, a concessão de subsídios para os estratos de renda mais baixos e os aspectos gerais de regulação.

As tarifas terão papel fundamental na nova política. Elas deverão cobrir os custos de operação, manutenção e remuneração dos investimentos, auxiliando, por meio do subsídio cruzado, a universalização dos serviços. Como este mecanismo não poderá, isoladamente, facilitar o acesso das famílias mais pobres, outras formas de concessão de subsídios deverão ser estudadas.

Este capítulo analisa as possibilidades de contribuição da área pública para o financiamento do setor, especificamente dos recursos fiscais da União, estados, Distrito Federal e municípios, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dos empréstimos externos das agências multilaterais mais importantes: Banco Internacional de Reconstru-

ção e Desenvolvimento (Banco Mundial) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os aspectos relativos a tarifas, subsídios, capacidade de financiamento de outros fundos públicos, incentivos fiscais e capitais privados estão sendo objeto de estudos específicos do PMSS.

A análise que se segue, sobre as possibilidades de financiamento do setor público, sofre diversas limitações, destacando-se a falta de informações quantitativas sobre os gastos orçamentários dos estados e municípios com saneamento.

As estimativas do comportamento futuro do FGTS como fonte de financiamento do desenvolvimento urbano são dificultadas pelas incertezas da arrecadação líquida, do retorno das aplicações e dos níveis de emprego e salário, caso a economia brasileira não apresente bom desempenho no futuro próximo. Quanto aos empréstimos externos, são formuladas hipóteses a partir da captação ocorrida de 1990 até 1994.

Antes de entrar no estudo da capacidade de financiamento propriamente dita, serão traçados cenários para economia brasileira.

### **5.1. Cenários para a economia brasileira**

Para os próximos dez anos foram considerados três cenários alternativos, sendo dois favoráveis - para os quais foram feitas projeções do Produto Interno Bruto - e um desfavorável, descrito nesta seção sem a realização de estimativa do PIB.

No primeiro cenário favorável, considera-se que há um evidente sucesso do atual plano de combate à inflação. Com a introdução do real, a taxa de inflação deverá cair substancialmente, mantendo-se, a partir daí, em níveis menores que os alcançados pela

economia brasileira no início da década de 70 (15% a 20% ao ano). A estabilidade em médio e longo prazo dependerá de políticas monetária e fiscal adequadas, com a definição de regras confiáveis para o controle da emissão da nova moeda e controle do deficit público. Uma vez alcançada a estabilidade, haverá um esforço sustentado de investimento para aumentar a oferta agregada tanto para o mercado interno quanto externo, com a definição de novos mecanismos de financiamento do setor público.

Havendo um aumento dos investimentos governamentais, em um ambiente de estabilidade de preços, os investimentos privados também deverão elevar-se. A taxa de investimentos da economia aumentará, recuperando os níveis obtidos na década de 70, com a conseqüente retomada do crescimento do PIB. Nesse cenário, considera-se que o PIB crescerá 3% em 1994 (previsão do IPEA feita em julho de 1994), 5% em 1995 e 7% ao ano a partir de 1996.

A taxa de 7% ao ano representa a taxa histórica de crescimento do PIB brasileiro no período compreendido entre a 2ª Guerra Mundial e o final da década de 70.

No segundo cenário, também favorável, o atual plano de estabilização também seria bem sucedido, porém em níveis inferiores aos traçados anteriormente. A taxa de inflação seria ligeiramente mais elevada, os investimentos públicos e privados seriam um pouco menores e o PIB cresceria 3% em 1994 (de acordo com a previsão do IPEA), 4% em 1995 e 5% ao ano, em média, no período 1996/2004.

Em ambos os cenários é essencial a adoção de medidas já iniciadas para reformar a ordem estrutural (abertura da economia ao exterior, continuidade do programa de privatizações e ajuste das contas públicas, entre outras) e que constituirão um fator de estímulo da atividade econômica.

Em síntese, as taxas anuais de crescimento do PIB nos dois cenários são as seguintes:

Cenários	1994	1995	1996-2004
<b>Cenário 1</b>	3%	5%	7%
<b>Cenário 2</b>	3%	4%	5%

O cenário desfavorável parte do pressuposto de que o atual esforço de estabilização da economia brasileira não tenha alcançado o sucesso esperado. Neste caso, depois de uma queda abrupta da taxa de inflação haverá um processo de reindexação gradual na economia, com uma lenta porém constante reaceleração inflacionária. A confiança da população no Plano Real irá lentamente se erodindo, obrigando o governo a preparar um novo plano econômico.

A trajetória da inflação seguirá o padrão observado na segunda metade da década de 80, com reacelerações e desacelerações sucessivas, chegando as taxas a serem tão altas quanto as observadas nos últimos anos, com uma inflação anual de três dígitos.

Os planos de estabilização que venham a ser adotados terão sucesso apenas parcial e temporário. A taxa de crescimento do PIB será afetada negativamente, uma vez que, nesse cenário, a permanência de um patamar alto de inflação dificultará o cálculo econômico, com a conseqüente elevação do risco na atividade econômica.

Em condições tão desfavoráveis, a proposta de modernização do setor de saneamento terá escassas chances de êxito, devido às dificul-

dades de mobilização de capitais públicos e privados para a realização dos investimentos indispensáveis ao avanço dos níveis de cobertura dos serviços, especialmente de coleta e tratamento de esgotos.

Não foram realizadas projeções do PIB para o terceiro cenário, devido às óbvias limitações que uma situação econômica totalmente imprevisível acarreta.

Admitindo a baixa probabilidade de ocorrência do terceiro cenário, os níveis do PIB resultantes das hipóteses de sucesso do plano de estabilização poderão ser os seguintes, no período 1994/2004:

2004 Anos	PIB (US\$ bilhões de 1992)	
	Cenário 1	Cenário 2
1993	497,4	497,4
1994	512,3	512,3
1995	537,9	532,8
1996	575,6	559,4
1997	615,9	587,4
1998	659,0	616,8
1999	705,1	647,6
2000	754,5	680,0
2001	807,3	714,0
2002	863,8	749,7
2003	924,3	787,2
2004	989,0	826,6

**Nota** - 1993: PIB verificado; 1994/2004: valores projetados.

## **5.2. Recursos fiscais da União, estados, Distrito Federal e municípios**

Conforme foi dito anteriormente, os recursos oriundos dos orçamentos fiscais da União, estados, Distrito Federal e municípios, principalmente os dos governos estaduais, continuarão a desempenhar papel importante, em curto e médio prazos, no financiamento do setor de saneamento, seja para formação de um fundo nacional de investimento ou para a concessão de subsídios aos mais pobres (regiões e famílias).

Nesta etapa do estudo serão estudadas a evolução da carga tributária nacional, o comportamento da receita disponível dos diversos níveis de governo e a evolução dos gastos com saúde e saneamento.

### **5.2.1. Comportamento da carga tributária e da receita disponível**

A carga tributária total do país, situada em torno de 25% do PIB, é superior à verificada em países de economia e níveis de desenvolvimento semelhantes ao Brasil, e não tem apresentado grandes variações nas últimas duas décadas, tendo atingido seu ponto máximo em 1990 (28,15%) e o mínimo em 1989 (22,10%).

A arrecadação é realizada pelos três níveis de governo, de acordo com as normas constitucionais e a legislação vigente, cabendo ao governo federal a cobrança da maior parte dos tributos.

Entre 1990 e 1993, para uma carga tributária total de 25,63% do PIB (média anual), a arrecadação líquida de tributos realizada pela União, estados e municípios, inclusive a administração indireta, foi de 16,87%, 7,56% e 1,20% do PIB, respectivamente.



Os municípios realizaram, a partir de 1990, razoável esforço para aumentar a arrecadação sob sua responsabilidade, passando da média de 0,6% do PIB (1987/89) para os já mencionados 1,20% (1990/93).

Quanto à receita disponível (isto é, a receita própria adicionada às transferências recebidas e descontados os repasses a outras esferas de governo, por determinação constitucional ou legal), a União, durante o ciclo dos governos militares, concentrou nos cofres federais a maioria absoluta dos recursos arrecadados, configurando um centralismo fiscal.

Nesse período, segundo Afonso, "no sistema tributário, competências e poder decisório foram concentrados nas mãos na União, que, para compensar tais efeitos, redistribuía recursos vinculados através de fundos de participação e convênios ou empréstimos decididos ad hoc (com base na negociação política)". Em 1980, o governo federal deteve 69,2% da receita disponível (17,14% do PIB), os estados ficaram com 22,2% (5,49% do PIB) e os municípios com 8,6% (2,14% do PIB).<sup>29</sup>

Na primeira metade dos anos 80, graças ao clima de abertura política, a descentralização dos recursos fiscais teve início com a aprovação, pelo Congresso, da Emenda Passos Porto. Em 1987 a participação federal na receita disponível caiu para 63,5% (14,9% do PIB), garantindo aos estados 25,9% (6,08% do PIB) e aos municípios 10,6% (2,4% do PIB).

Com a reforma tributária realizada pela Constituição de 1988, a participação da União foi mais uma vez reduzida. Em 1993, o governo federal deteve 54,9% da receita disponível (13,40% do PIB), os estados 28,3% (6,90% do PIB) e os municípios 16,8% (4,10% do PIB), configurando uma ampla descentralização da receita disponível.

---

29 Afonso, J. R. R., Descentralização: um Estudo de Caso sobre o Brasil, Centro de Estudos de Políticas Públicas, TD n° 20, janeiro de 1994, Rio de Janeiro.

A variação da receita entre 1975 e 1993 foi, obviamente, desfavorável à União, que perdeu 19,3% de suas disponibilidades, enquanto os estados ganharam 20,09% e os municípios, os grandes beneficiários da reforma tributária, tiveram um aumento de 95,3% na receita disponível.

Graças a isso, Afonso observou um "rápido avanço dos gastos municipais, sobretudo nas áreas sociais (como educação, saúde e habitação), mantendo os estados uma participação estável (aumentando-se em seus orçamentos o peso relativo dos programas de segurança pública e previdência dos seus servidores). O governo central, por sua vez, registra uma acentuada queda dos gastos, em todas as áreas, (...) sendo a única exceção a Previdência Social (...)".<sup>30</sup>

Como o reforço dos orçamentos estaduais e sobretudo municipais não foi seguido da correspondente descentralização dos encargos, graças aos princípios da competência concorrente consagrados pela Carta Magna de 1988, a União continua a efetuar despesas com atividades que, no entender de diversos analistas, deveriam ser inteiramente repassadas aos governos estaduais, de modo a aliviar as pressões sobre o gasto federal e a formação de déficits públicos.

Já para Maciel, "não é simples, todavia, implementar uma efetiva discriminação de encargos públicos em um país caracterizado por grandes diferenças regionais. De fato, a repartição de encargos públicos não pode desconhecer as profundas desigualdades inter-regionais que se observam no Brasil, das quais resulta uma forte heterogeneidade na dimensão dos estados e municípios (...). As malsucedidas tentativas de correção das disparidades inter-regionais de renda - muitas vezes, fruto de graves erros conceituais - estabeleceram fossos profundos, que devem servir de

---

30 Afonso, J. R. R., *idem*.

sinal de alerta para qualquer projeto de discriminação de encargos, sob pena de aviltar as já combalidas políticas públicas brasileiras e estigmatizar o cidadão pelo seu local de nascimento. Caso contrário, o projeto seria apenas uma idéia generosa, porém ingênua e iníqua".<sup>31</sup>

### **5.2.2. Evolução dos gastos com a função saúde e saneamento**

Esta seção objetivava, originalmente, estudar os gastos orçamentários de todos os níveis de governo no setor de saneamento, discriminando-os segundo as atividades mais relevantes, ou seja, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Não existem, lamentavelmente, informações disponíveis que permitam efetuar essa análise para o conjunto das unidades da federação e dos municípios. Os dados disponíveis referem-se somente aos gastos efetuados pela União e apresentados no capítulo 3, observando-se que as alocações federais para o setor são, na sua quase totalidade, repassados aos estados e municípios.

Afonso, no estudo citado, afirma a dificuldade de obtenção de informações. "As dificuldades para análise da despesa por função ou programa de trabalho decorrem do seguinte: os procedimentos orçamentários e contábeis vigentes não prevêem um relatório na forma de matriz que cruze gasto por categoria e função, e dificultam a consolidação dos dados por entidades, unidades e níveis de governo; a classificação detalhada dos programas não é padronizada nacionalmente; e os municípios com menos de 50 mil habitantes estão dispensados de escriturarem os gastos segundo a classificação funcional programática".

---

31 Maciel, E., *Federalismo Fiscal no Brasil*, seminário sobre Política Fiscal no Brasil, MEFP/BIRD, Brasília, junho de 1992, mimeo.

Por essa razão, serão analisados os gastos com a função saúde e saneamento agregadas, de modo a verificar a evolução das aplicações e compará-las com a necessidade de recursos para investimento segundo os cenários traçados no capítulo anterior.

As informações provêm dos estudos de Mussi et alli, que cobrem o período 1985/90 para os governos central (União, autarquias, fundações e O3C<sup>32</sup>) e estadual; e de Afonso, que refere-se aos municípios no período 1988/92.<sup>33</sup> Os gastos estaduais e das capitais para o biênio 1991/92 foram extraídos de levantamento efetuado pela STN/Safem.<sup>34</sup> As despesas da União com o programa de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento geral) foram extraídas do Balanço Geral da União.

Os dados apresentados eliminam as duplas contagens decorrentes das transferências que, freqüentemente, distorcem a agregação das contas governamentais.

### 5.2.2.1. Gastos do governo central

As despesas realizadas pelo governo central no período 1985/90 são relativas aos gastos efetuados diretamente pela União por meio das aplicações do Tesouro/Orçamento Geral da União, suas autarquias, fundações e O3C e excluem as transferências do Sistema Único de Saúde

---

32 Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

33 Mussi, C.; Ohana, E. e Guedes, J., *Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil: 1985/90*, TD nº 249, IPEA, abril de 1992, e Afonso, J. R., *Despesa Pública, Competência, Serviços Locais, Descentralização: o Papel dos Municípios*, Centro de Estudos de Políticas Públicas, Relatório de Pesquisa nº 4, 1994.

34 SNT/Safem, *Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais, 1983/92, 1994*.

(SUS) aos estados e municípios.

O governo central aplicou, em média, no período 1985/90, cerca de 0,53% do PIB, sendo 0,42% em despesas correntes e 0,12% com despesas de capital. A tendência dos gastos é ascendente, conforme se vê na Tabela 5.3. A menor aplicação foi de 0,33%, em 1985, e a maior de 0,86%, em 1989.

Como a série exclui as transferências, esses gastos referem-se, em sua maioria, ao setor de saúde, já que as dotações orçamentárias para saneamento são aplicadas quase que totalmente pelos estados e municípios mediante convênios.

Os valores transferidos pela União para saneamento básico entre 1985/90 (Tabela 3.24 do capítulo 3) foram, em média, de 0,017% do PIB. No triênio seguinte (1991/93) a média sobe para 0,096%, correspondente a US\$ 360 milhões por ano. Esses recursos, oriundos de alocações feitas no Orçamento Geral da União pelo próprio Executivo e por emendas do Legislativo, são, conforme analisado no capítulo 3, pulverizados em milhares de aplicações, e representam um desperdício na aplicação de fundos públicos.

### **5.2.2.2. Despesas dos governos estaduais**

Os estados são responsáveis pela maior parcela dos gastos com saúde e saneamento, em razão de serem os encarregados, até o momento, de receberem as transferências do SUS e de parte das alocações do OGU para saneamento básico, intermediarem empréstimos internos e externos para as CESBs e outras aplicações diretas com recursos do próprio orçamento.

Entre 1985 e 1990, os estados aplicaram em média 1,06% do PIB

(0,67% em despesas correntes e 0,39% em despesas de capital), sendo que a menor participação ocorreu em 1985 (0,72%) e a maior em 1989 (1,38%), comportamento idêntico ao verificado no nível federal.

Os gastos estaduais, após experimentarem seu ponto máximo em 1989 e 1990 (1,38% e 1,36% do PIB, respectivamente), sofreram declínio em 1991 (1,17%) e em 1992 (1,10%), graças, principalmente, às dificuldades fiscais geradas pela crise econômica.

A tendência dos gastos estaduais, assim como dos federais, é ascendente, consoante os princípios constitucionais que asseguram a todos os cidadãos o atendimento, sem pré-requisitos, pelo SUS, e as crescentes demandas pelos serviços de saneamento básico.

### **5.2.2.3. Despesas dos governos municipais**

Os governos locais, no período compreendido entre 1988 e 1992, praticamente dobraram seus gastos com saúde e saneamento. A média do período representou cerca de 0,49% do PIB (mínimo de 0,28% em 1988 e máximo de 0,68% em 1991).

Da mesma forma como ocorreu nos estados, os governos dos municípios têm sido pressionados pela população por mais e melhores serviços, e, depois da descentralização tributária promovida pela Constituição de 1988, têm podido expandir seus gastos com o setor.

O levantamento promovido por Mussi et alii (1992) e os dados da STN/Safem (1994) mostram que os municípios das capitais, isoladamente, gastaram em média, entre 1988/92, cerca de 0,23% do PIB com a função, quase a metade (47%) do gasto total do conjunto dos municípios, apesar de deterem aproximadamente um quarto da população total do país, de acordo com os dados do Censo de 1991. Nos gastos

realizados pelos municípios inclui-se a maior parte das alocações do Orçamento Geral da União para saneamento básico.

### **5.2.2.4. Gastos totais (União + estados + municípios)**

Só foi possível consolidar para o triênio 1988/90 os gastos com a função saúde e saneamento realizados por todas as esferas de governo. No período, as aplicações financiadas pelos orçamentos públicos (administração direta) representaram em média 2,34% do PIB, realizadas pelos governos federal (0,60%), estadual (1,32%) e municipal (0,42%).

Assim, do total gasto, a União empregou 25,6%, os estados 56,4% e os municípios 18,0%. Caso a média seja mantida nos próximos anos, as disponibilidades para a função, de acordo com as projeções do PIB efetuadas no item 5.1, serão as expressas na tabela da página seguinte.

Em que pesem as severas limitações dessa estimativa, é óbvio que, caso os cenários favoráveis de crescimento do PIB se confirmem, será possível expandir os gastos tanto em saúde quanto em saneamento. Como não se conhece o total atualmente aplicado em saneamento básico, fica impossível realizar semelhante simulação para os próximos dez anos.

De qualquer forma, seria com base nos valores estimados para o período 1995/2004 que se tomariam as decisões de natureza técnica e política sobre quanto aplicar em cada área.

## **5.3. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

O FGTS, principal financiador das políticas de desenvolvimento urbano, tem apresentado, nos últimos anos, uma redução na sua capacidade de investimento, em função de diversos fatores, entre os quais

Gastos projetados com saúde e saneamento		
Anos	Cenário 1	Cenário 2
1995	12,6	12,5
1996	13,5	13,1
1997	14,4	13,7
1988	15,4	14,4
1999	16,5	15,1
2000	17,6	15,9
2001	18,9	16,7
2002	20,2	17,5
2003	21,6	18,4
2004	23,1	19,3

**Nota** - 1993: PIB verificado; 1994/2004: valores projetados.

se destacam: redução da base de incidência das contribuições, devido ao crescimento do mercado informal de trabalho e à redução do número de empregos formais; redução da massa salarial; aumento das possibilidades de saque; inadimplência dos mutuários; evasão de contribuições; e criação do Regime Jurídico Único dos servidores públicos, pela Constituição de 1988, interrompendo a contribuição que a União, estados e municípios faziam para os funcionários celetistas.

Conforme foi apresentado por Zamboni,<sup>35</sup> a capacidade de financiamento do FGTS é definida pela seguinte equação:

<sup>35</sup> Esta seção apoia-se no trabalho de Zamboni, R. A., Subsídios para a Análise dos Limites do FGTS enquanto Instrumento para Financiar Políticas de Proteção ao Trabalhador e de Desenvolvimento Urbano, versão preliminar, IPEA, agosto de 1994.



$$CI = AB - S + RE - GA - FL$$

onde

CI = Capacidade de Investimento

AB = Arrecadação Bruta de Contribuição

S = Saques

RE = Retorno dos Empréstimos

GA = Gastos com Administração e Operação do Sistema

FL = Alocação ao Fundo de Liquidez

A arrecadação bruta de contribuição depende do número de empregos formais, níveis de salário real e da evasão de recursos estimada entre 35% e 50% do potencial de arrecadação. Assim, a arrecadação bruta tem apresentado declínio nos períodos de conjuntura econômica desfavorável, apesar de ter crescido acentuadamente em 1990, exercício em que o PIB caiu 4,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, naquele ano, a ameaça de duras medidas de repressão à sonegação garantiu o maior nível de arrecadação do Fundo. A arrecadação bruta foi de, aproximadamente, US\$ 7,0 bilhões em 1990, e caiu para cerca de US\$ 5,0 bilhões por ano no triênio 1991/93.

Apesar das oscilações ao longo do tempo, a tendência da variável "saques" tem sido ascendente, com ênfase nos períodos de redução da atividade econômica, como entre 1981 e 1983 e de 1987 em diante. A partir de 1990, os saques elevaram-se substancialmente, chegando a US\$ 4,1 bilhão em 1993, devido às retiradas dos servidores públicos que ascenderam ao RJU. É possível que em 1994 o patamar de saques ainda se mantenha elevado, devendo ser reduzido a partir de 1995, principal-

mente se as taxas de crescimento do PIB se elevarem conforme previsto.

A arrecadação líquida, resultado da arrecadação bruta menos os saques, é o componente mais importante da capacidade de investimentos do FGTS. Após expressivo crescimento experimentado em 1989 e 1990, reduziu-se sensivelmente entre 1991 e 1993, em função mais do volume de saques (US\$ 8,4 bilhões no último triênio) do que da queda na arrecadação bruta.

A reativação da atividade econômica a partir de 1995 permite antever uma melhoria substancial na arrecadação líquida.

O retorno dos empréstimos não deverá contribuir muito para a melhoria da capacidade de investimento. Apesar do ativo do sistema estar em crescimento, o retorno caiu de um patamar de cerca de US\$ 3,0 bilhões entre 1979 e 1983 para apenas US\$ 967 milhões em 1992/93.

De acordo com Zamboni, dado um ativo de US\$ 25 bilhões e as condições de operação do FGTS, o retorno anual deveria ser de no mínimo de US\$ 2,6 bilhões, contra US\$1 bilhão previsto para 1994. Isto se deve ao fato de os tomadores de empréstimos, basicamente os governos e órgãos estaduais e municipais, terem renegociado as condições anteriormente pactuadas. Além disso, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) tem uma dívida já caracterizada de US\$ 5,2 bilhões (além de outra potencial de US\$ 7,1 bilhões) com o FGTS.<sup>36</sup>

O FCVS é formado pelos resíduos dos saldos devedores dos mutuários dos financiamentos habitacionais, criados pelo descompasso entre a correção das prestações e dos saldos devedores dos empréstimos. O FCVS é responsabilidade da União; uma medida provisória em estudo prevê

---

36 Estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

sua securitização, de modo que o FGTS possa receber esta dívida, utilizando os títulos para participar do Programa Nacional de Desestatização.

A capacidade de investimento prevista para 1994, de acordo com a segunda reformulação do orçamento do FGTS, realizada pela CEF, foi estimada em US\$2,3 bilhões, de acordo com a tabela abaixo.

## 5.3.1. Perspectivas da capacidade de investimento

FGTS - Capacidade de investimento em 1994	(em US\$ milhões)
<b>Entradas</b>	
Arrecadação bruta (1)	6.340
(-) Saque para rescisão (2)	3.804
(-) Saque para moradia (1)	358
(-) Saque de inativas (3)	300
Arrecadação líquida	1.878
Arrecadação de empréstimos (1)	1.007
<b>Total</b>	<b>2.885</b>
<b>Saídas</b>	
Encargos do FGTS (4)	565
<b>Capacidade de investimentos</b>	<b>2.320</b>

**Fonte:** CEF - Segunda reformulação do FGTS para 1994.

### Hipóteses:

(1) Constante da reformulação do orçamento elaborada em junho de 1994.

(2) Tendência dos últimos três anos.

(3) Previsão de saques, Lei nº 8.678/93.

(4) Total de pagamentos de tarifas do banco depositário, taxa de administração e outras despesas constantes da segunda reformulação do orçamento.

As perspectivas da capacidade de investimento do FGTS dependerão do desempenho macroeconômico do país e das alterações institucionais e financeiras do Fundo. Um projeto de lei em exame no Congresso Nacional procura aperfeiçoar as regras de funcionamento do FGTS, buscando, inclusive, aumentar a rentabilidade das contas vinculadas, para o que seria necessário "a constituição de um fundo de investimentos composto por ações e títulos, com rentabilidade variável, para o qual os trabalhadores poderão migrar suas contas opcionalmente. Este fundo seria composto, inicialmente, pelos ativos provenientes da securitização da dívida do FCVS".<sup>37</sup>

Duas outras medidas serão importantes para aumentar a arrecadação líquida. A primeira refere-se à necessidade de uma melhor atuação dos responsáveis pela arrecadação bruta de contribuições. É preciso modernizar a deficiente estrutura de fiscalização e cobrança a cargo da Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho. É necessário também agilizar os processos que correm na Justiça visando o recebimento de dívidas junto ao Fundo.

A segunda é relativa aos saques, que, com a ampliação das possibilidades de retirada dos recursos (existem hoje 33 modalidades de saque), têm esvaído as disponibilidades e desvirtuado as funções originais do Fundo. Por isso, os direitos de saque devem ser revistos e reduzidos.

O aperfeiçoamento do FGTS e a reativação da economia poderão aumentar a capacidade de investimento; mantidas as regras de repartição dos recursos, o saneamento receberá 30% das disponibilidades.

Para 1994, a estimativa da CEF prevê uma possibilidade de investimentos de US\$ 700 milhões. É possível antever, entretanto, uma

---

37 Zamboni, op. cit.

capacidade de investimento maior. Em 1990, a arrecadação bruta foi de cerca de US\$7 bilhões e os saques chegaram a US\$ 3 bilhões, resultando num saldo líquido de US\$ 4 bilhões. Sem contar com o retorno das aplicações, o setor de saneamento poderia ter recebido US\$ 1,2 bilhão, não fossem as dificuldades de contrair novos empréstimos pelos governos e órgãos estaduais e municipais.

No futuro, com condições macroeconômicas favoráveis, redução das possibilidades de saque e melhor gestão dos recursos, o potencial do FGTS em financiar novos investimentos voltados para abastecimento de água e tratamento de esgotos poderia se situar, em média, numa faixa de US\$ 1,5 bilhão por ano.

### **5.4. Empréstimos externos**

O valor dos empréstimos externos concedidos ao Brasil pelas duas mais importantes agências multilaterais de crédito (Bird e BID) nos últimos 20 anos (1974/94), para investimento em saneamento básico, somou US\$ 4 bilhões. Destes, US\$ 2,4 bilhões foram aprovados a partir de 1990, o que demonstra a prioridade recentemente conferida ao setor.

Esses empréstimos representam uma média anual de US\$ 192,3 milhões no período; a União recebeu 46,9%, os estados 51,2% e os municípios 1,9% (empréstimo concedido à prefeitura de São Paulo).

Entre 1990/94, o total emprestado ao setor subiu para US\$ 2,405 bilhões (média de US\$ 481 milhões por ano); a União recebeu 24,9% e os estados 75,1%, evidenciando a política desses bancos de emprestar diretamente aos governos estaduais os recursos para a execução de investimentos de competência predominantemente local.

Quanto à participação do setor nos empréstimos concedidos ao

país entre 1990 e 1994 (US\$ 8,766 bilhões), o total recebido para saneamento básico representou 27,44%, ou seja, US\$ 2,4 bilhões.

Os recursos aprovados a partir de 1990 destinam-se não somente ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também ao saneamento geral, proteção de mananciais, despoluição de cursos d'água e desenvolvimento institucional.

Segundo a Seplan/PR, anualmente são previstos para o Brasil empréstimos entre US\$ 2 bilhões e US\$ 2,4 bilhões, dependendo da capacidade de contrapartida dos mutuários. Desse modo, se o setor manter sua participação de 27,44% no total emprestado nos últimos cinco anos, os investimentos em saneamento poderiam receber, do BIRD e BID, entre US\$549 milhões e US\$ 659 milhões por ano.

### **5.5. Balanço entre as necessidades de recursos para investimento, o PIB e as disponibilidades do setor público**

As estimativas do capítulo 4 mostram que para a universalização dos serviços de saneamento básico serão necessários cerca de US\$ 38.290,5 milhões, sendo que a maior parte do investimento (US\$ 17.687,2) refere-se à população adicional entre 1992 e 2011. Os valores calculados e sua relação com o PIB estimado para 1994 (US\$ 512,3 bilhões) estão na tabela da página ao lado.

Distribuindo o valor total num período de 20 anos, concluiu-se que seria necessário investir US\$ 1.914,5 bilhão por ano, equivalente a 0,38% do PIB estimado, conservadoramente, para 1994.

Caso se pretenda a universalização em 15 anos, o total a ser investido seria de US\$ 33.869 milhões, com investimento médio anual de

## DIAGNÓSTICO DO SETOR SANEAMENTO: ESTUDO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Itens	US\$ milhões	% s/o PIB de 94
<b>1. Abastecimento de água</b>	<b>13.524,9</b>	<b>2,64</b>
1.1. Eliminar o déficit existente 1991 nas áreas urbanas	2.836,3	0,55
1.2. Eliminar o déficit existente em 1991 nas áreas rurais	2.827,6	0,55
1.3. Atender o crescimento populacional das áreas urbanas entre 1992-2011 (Média anual de US\$ 393,0 milhões)	7.861,0	1,54
<b>2. Esgotamento sanitário</b>	<b>24.765,6</b>	<b>4,83</b>
2.1. Eliminar o déficit existente em 1991 nas áreas urbanas	10.258,1	2,00
2.2. Tratar os esgotos coletados e não-tratados (1991) nas áreas urbanas	3.490,2	0,68
2.3. Eliminar o déficit existente em 1991 nas áreas rurais	1.191,1	0,24
2.4. Atender o crescimento populacional das áreas urbanas entre 1992-2011 (Média anual de US\$ 491,3 milhões)	9.826,2	1,91
<b>3. Total</b>	<b>38.290,5</b>	<b>7,47</b>

US\$ 2.257,9 milhões, ou seja, 0,44% do PIB de 1994. Este valor é perfeitamente viável, já que os investimentos em água e esgoto foram de 0,35%, 0,46% e 0,38% do PIB de 1980, 1981 e 1982, respectivamente.

Se o crescimento do PIB ocorrer conforme projetado no capítulo anterior (Cenário 1), o investimento médio anual de US\$ 2.257,1 teria a seguinte participação percentual:

Ano	PIB (US\$ bilhões) (estimado)	Investimento médio em saneamento (US\$ milhões)	% sobre o estimado
1995	537,9	2.257,9	0,42
1996	575,6	2.257,9	0,39
1997	615,9	2.257,9	0,37
1998	659,0	2.257,9	0,34
1999	705,1	2.257,9	0,32
2000	754,5	2.257,9	0,30
2001	807,3	2.257,9	0,28
2002	863,8	2.257,9	0,26
2003	924,3	2.257,9	0,24
2004	989,0	2.257,9	0,23

É óbvio que o crescimento continuado do PIB facilitará a viabilização dos investimentos em saneamento, cuja representatividade seria decrescente ao longo do tempo. Mesmo que a expansão da economia não seja tão favorável, é possível obter os recursos necessários de fontes tradicionais como o FGTS (entre US\$ 700 milhões e US\$ 1,5 bilhão); OGU (US\$ 300 milhões); e fontes externas (cerca de US\$ 500 milhões), devendo ser arrolados também os estados, Distrito Federal e municípios, além dos consumidores, por meio do pagamento de tarifas.

A universalização dos serviços é possível e viável no médio prazo, desde que o setor seja reestruturado e que se crie uma política de financiamento compatível com o princípio da auto-sustentação.

Para isso, é preciso que o setor de saneamento adote um modelo flexível, descentralizado e que, sobretudo, tenha uma política que oriente suas ações na busca de objetivos e metas bem definidas.



**Tabela 5.1**

**Brasil - Distribuição da carga tributária total por nível de governo - 1975/1993**

Em % do PIB

Anos	Carga tributária total	Arrecadação própria (1)			Receita disponível (2)		
		União	Estados	Municípios	União	Estados	Municípios
1975	25,28 (100,0)	18,59 (73,5)	5,99 (23,7)	0,77 (3,0)	17,20 (68,0)	5,91 (23,4)	2,17 (8,6)
1978	24,77 (100,0)	18,60 (75,1)	5,44 (22,0)	0,73 (2,9)	17,14 (69,2)	5,49 (22,2)	2,14 (8,6)
1987	23,45 (100,0)	16,87 (71,9)	5,99 (25,5)	0,59 (2,5)	14,90 (63,5)	6,08 (25,9)	2,48 (10,6)
1989	22,10 (100,0)	14,80 (67,0)	6,69 (30,3)	0,61 (2,8)	13,12 (59,4)	6,30 (28,5)	2,68 (12,1)
1990	28,15 (100,0)	18,87 (67,0)	8,33 (29,6)	0,95 (3,4)	16,05 (57,0)	7,88 (28,0)	4,22 (15,0)
1991	24,78 (100,0)	15,72 (63,4)	7,72 (31,2)	1,34 (5,4)	13,24 (53,4)	7,31 (29,5)	4,23 (17,1)
1992	25,08 (100,0)	16,50 (65,8)	7,38 (29,4)	1,20 (4,8)	14,03 (55,9)	7,04 (28,1)	4,01 (16,0)
1993	24,50 (100,0)	16,40 (66,9)	6,80 (27,8)	1,30 (5,3)	13,40 (54,9)	6,90 (28,3)	4,10 (16,8)

**Fontes:** 1975/1990: Afonso e Villela (1991), Contas Nacionais, FGV/IBRE/CEF e IBGE/Decna in "Crise e Ajuste Fiscal nos Anos 80: Um Problema de Política Econômica ou de Economia Política?", Perspectivas da Economia Brasileira, IPEA, 1992.  
1991 e 1992: Boletim Conjuntural, Janeiro/1993, IPEA.  
1993: Boletim Conjuntural, Janeiro/1994, IPEA.

**Notas:** (1) Arrecadação líquida (de incentivos) de tributos realizada por cada esfera de governo, inclusive a administração indireta.

(2) Receita própria adicionada às transferências recebidas e descontados os repasses a outras esferas de governo.

Tabela 5.2

**Brasil - Variação da receita disponível (1) da União, estados e municípios - 1957/93**

Esferas de governo	Distribuição da receita disponível (%)			Variação da receita disponível (%)	
	1975	1993	Média do período 1991-1993	1975/1993	1995/média 1991/1993
<b>União</b>	68,0	54,9	54,8	-19,3	-19,4
<b>Estados</b>	23,4	28,3	28,6	+ 20,1	+ 22,2
<b>Municípios</b>	8,6	16,8	16,6	+ 95,3	+ 93,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0		

**Fonte dos dados básicos:** Vilela e IPEA, op. cit.

(1) Receita própria adicionada às transferências recebidas e descontados os repasses a outras esferas de governo.

**Elaboração:** Aliança Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.

**Tabela 5.3**

**Brasil - Despesas realizadas pelo governo central (União, autarquias, fundações, O3C) com a função "saúde e saneamento", segundo a natureza da despesa - 1985/90**

Anos	Despesas realizadas					
	Correntes		Capital		Total	
	%	Índice	%	Índice	%	Índice
1985	0,28	100,0	0,06	100,0	0,33	100,0
1986	0,34	121,4	0,12	200,0	0,45	136,4
1987	0,44	157,1	0,15	250,0	0,59	178,8
1988	0,31	110,7	0,12	200,0	0,43	130,3
1989	0,70	250,0	0,17	283,3	0,86	260,1
1990	0,42	150,0	0,09	150,0	0,51	154,5
Média 1985-1990	0,42	-----	0,12	-----	0,53	-----

**Fonte:** Mussi, C.: Ohana, E. e Guedes, J., "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil: 1985-1990" - TD nº 249, IPEA, abril 1992.

**Tabela 5.4**

**Brasil - Participação dos gastos de capital com saneamento básico nos gastos de capital da função "saúde e saneamento", realizadas pelo governo federal - 1990/93**

Anos	Gastos de capital(1) da função saúde e saneamento (2) (A)	Gastos de capital (1) com saneamento básico (3) (B)	B/A (%)
1990	30,331,85	9.452,98	31,2
1991	552.154,80	134.550,39	24,4
1992	4.494.962,90	1.952.522,58	43,4
1993	153.060,40	39.918,83	26,1
<b>Média</b>	-----	-----	31,3

**Fonte:** Balanços Gerais da União, 1990/93.

**Notas:** (1) Em unidades monetárias vigentes em cada exercício.

(2) Inclui os gastos de capital dos programas 076 - Saneamento (abastecimento de água, saneamento geral e sistemas de esgotos), 077 - Proteção ao Meio Ambiente (defesa contra a erosão, controle da poluição, defesa contra as secas, defesa contra as inundações e recuperação de terras) e 075 - Saúde.

(3) Inclui os gastos com o programa 076.

**Tabela 5.5**

**Brasil - Despesas realizadas pelos governos estaduais com a função "saúde e saneamento", segundo a natureza da despesa - 1985/1992**

**Em % do PIB nominal**

Anos	Despesas realizadas					
	Correntes		Capital		Total	
	%	Índice	%	Índice	%	Índice
1985	0,45	100,0	0,27	100,0	0,72	100,0
1986	0,50	111,1	0,30	111,1	0,80	111,1
1987	0,54	120,0	0,32	118,5	0,86	119,4
1988	0,76	168,9	0,45	166,7	1,21	168,1
1989	0,87	193,3	0,51	188,9	1,38	191,7
1990	0,88	195,6	0,48	177,8	1,36	188,9
1991	-----	-----	-----	-----	1,17	162,5
1992	-----	-----	-----	-----	1,10	152,8
<b>Médias</b>	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1985/1990	0,67	-----	-----	-----	1,06	-----
1985/1992	-----	-----	-----	-----	1,08	-----
1990/1992	-----	-----	-----	-----	1,14	-----

**Fonte:** (1) (1985-1990) Mussi, C.: Ohana, E. e Guedes, J. - "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil: 1985-1990" - TD nº 249, IPEA, abril, 1992.

(2) 1991/1992 - STN/Safem- "Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais: 1983-1992", 1994.

**Tabela 5.6**

**Brasil - Despesa consolidada (correntes + capital) dos governos municipais com a função "saúde e saneamento" - 1988/92**

<b>Anos</b>	<b>Valor em US\$ milhões médios de 1993</b>	<b>Em % do PIB</b>	<b>Índice</b>
1988	1.513	0,28	100,0
1989	1.734	0,41	146,4
1990	2.303	0,57	204,0
1991	2.800	0,68	242,8
1992	2.083	0,51	182,1
<b>Médias</b>	-----	-----	-----
1988/90	1.850	0,42	-----
1988/92	2.087	0,49	-----
1990/92	2.395	0,59	-----

**Fontes:** Afonso, José Roberto - "Despesa Pública, Competência, Serviços Locais, Descentralização: Papel dos Municípios", Centro de Estudos de Políticas Públicas, Relatório de Pesquisa nº 4, 1994, in Rezende, Fernando - "Financiamento do Desenvolvimento Urbano", Seminário "Brasil: Desafios para o Desenvolvimento Urbano na Próxima Década", MIR/IPEA/BNDES/BIRD, Rio de Janeiro, agosto de 1994. Elaboração: Aliança Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.

**Tabela 5.7**

**Brasil - Despesas realizadas pelos municípios das capitais com a função "saúde e saneamento", segundo a natureza da despesa - 1985/1992 (em % do PIB nominal)**

Anos	Despesas realizadas					
	Correntes		Capital		Total	
	%	Índice	%	Índice	%	Índice
1985	0,60	100,0	0,07	100,0	0,13	100,0
1986	0,08	133,3	0,06	87,7	0,14	107,7
1987	0,08	133,3	0,08	114,3	0,16	123,1
1988	0,09	150,0	0,10	142,9	0,19	146,2
1989	0,10	166,7	0,07	100,0	0,16	123,1
1990	0,11	183,3	0,12	171,4	0,23	176,9
1991	-----	-----	-----	-----	0,27	207,7
1992	-----	-----	-----	-----	0,28	215,4
<b>Médias</b>	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1985/1990	0,87	-----	0,08	-----	0,17	-----
1985/1992	-----	-----	-----	-----	0,19	-----
1990/1992	-----	-----	-----	-----	0,26	-----

**Fontes:** (1985-1990) - Mussi et alii, op. cit.  
(1991/1992) - STN/Safem, op. cit.

**Tabela 5.8**

**Brasil - Despesas totais (correntes + capital) realizadas pelos governos federal, estadual e municipal com a função "saúde e saneamento" (1985/1992 em % do PIB)**

Anos	Nível de governo			Total
	Federal	Estadual	Municipal	
1985	0,33	0,72	-----	-----
1986	0,45	0,80	-----	-----
1987	0,59	0,86	-----	-----
1988	0,43	1,21	0,28	1,92
1989	0,86	1,38	0,41	2,65
1990	0,51	1,36	0,57	2,44
1991	-----	1,17	0,68	-----
1992	-----	1,10	0,51	-----
<b>Média</b>	-----	-----	-----	-----
1988/1990	0,60	1,32	0,42	2,34

**Fontes:** Tabelas 5.3, 5.5 e 5.6.



**Tabela 5.9-A**

**Brasil - Total dos empréstimos externos aprovados para o setor de saneamento pelo BIRD e BID - 1974/1994 <sup>(1)</sup>**  
(em US\$ milhões correntes)

Anos	BIRD			
	União	Estados	Municípios	Subtotal BIRD
1974	36,0	-----	-----	36,0
1975	-----	-----	-----	-----
1976	40,0	-----	-----	40,0
1977	-----	-----	-----	-----
1978	110,0	-----	-----	110,0
1979	100,0	-----	-----	100,0
1980	269,0	-----	-----	269,0
1981	180,0	-----	-----	180,0
1982	-----	-----	-----	-----
1983	302,3	-----	-----	302,3
1984	-----	-----	-----	-----
1985	-----	-----	-----	-----
1986	-----	-----	-----	-----
1987	-----	-----	-----	-----
1988	255,0	-----	-----	255,0
1989	-----	-----	-----	-----
1990	-----	280,0	-----	280,0
1991	-----	-----	-----	-----
1992	250,0	236,0	-----	486,0
1993	-----	145,0	-----	145,0
1994	-----	-----	-----	-----
Total 74/94	1.542,3	661,0	-----	2.203,3
Média 74/94	73,4	31,5	-----	104,9
Total 90/94	250,0	661,0	-----	911,0
Média 90/94	50,0	132,2	-----	182,2

**Fonte:** Seain/Seplan-PR.

**(1)** Valores aprovados pelas respectivas diretorias executivas.

**Tabela 5.9-B**

**Brasil - Total dos empréstimos externos aprovados para o setor de saneamento pelo BIRD e BID - 1974/1994<sup>(1)</sup>**  
**(em US\$ milhões correntes)**

Anos	BID			
	União	Estados	Municípios	Subtotal BID
1974	-----	-----	-----	-----
1975	-----	-----	-----	-----
1976	-----	-----	-----	-----
1977	-----	-----	-----	-----
1978	-----	-----	-----	-----
1979	-----	-----	-----	-----
1980	-----	-----	-----	-----
1981	-----	-----	-----	-----
1982	-----	-----	-----	-----
1983	-----	-----	-----	-----
1984	-----	-----	-----	-----
1985	-----	-----	-----	-----
1986	-----	-----	-----	-----
1987	-----	163,0	77,5	240,5
1988	-----	-----	-----	-----
1989	-----	100,0	-----	100,0
1990	-----	-----	-----	-----
1991	350,0	-----	-----	-----
1992	-----	794,2	-----	794,2
1993	-----	-----	-----	-----
1994	-----	350,0	-----	350,0
Total 74/94	350,0	1.407,2	77,5	1.484,7
Média 74/94	16,7	67,0	3,7	70,7
Total 90/94	350,0	1.144,2	0	1.144,2
Média 90/94	70,0	228,8	0	228,8

**Fonte:** Seain/Seplan-PR

**(1)** Valores aprovados pelas respectivas diretorias executivas.

**Tabela 5.9-C**

**Brasil - Total dos empréstimos externos aprovados para o setor de saneamento pelo BIRD e BID - 1974/1994<sup>(1)</sup>**  
(em US\$ milhões correntes)

Anos	BIRD + BID			
	União	Estados	Municípios	Total
1974	36,0	-----	-----	36,0
1975	-----	-----	-----	-----
1976	40,0	-----	-----	40,0
1977	-----	-----	-----	-----
1978	110,0	-----	-----	110,0
1979	100,0	-----	-----	100,0
1980	269,0	-----	-----	269,0
1981	180,0	-----	-----	180,0
1982	-----	-----	-----	-----
1983	302,3	-----	-----	302,3
1984	-----	-----	-----	-----
1985	-----	-----	-----	-----
1986	-----	-----	-----	-----
1987	-----	163,0	77,5	240,5
1988	255,0	-----	-----	255,0
1989	-----	100,0	-----	100,0
1990	-----	280,0	-----	280,0
1991	350,0	-----	-----	350,0
1992	250,0	1.030,2	-----	1.280,2
1993	-----	145,0	-----	145,0
1994	-----	350,0	-----	350,0
Total 74/94	1.892,3	2.068,2	77,5	4.068,0
Média 74/94	90,1	98,5	3,7	193,3
Total 90/94	600,0	1.805,2	0	2.405,2
Média 90/94	120,0	361,0	0	481,0

Fonte: Seain/Seplan-PR.

(1) Valores aprovados pelas respectivas diretorias executivas.

Tabela 5.10

**Brasil - Total dos empréstimos externos aprovados, segundo a agência multilateral - 1990/1994 <sup>(1)</sup> (em US\$ milhões correntes)**

Anos	Banco Interamericano de Desenvolvimento BID	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	Total
1990	385,0	1.117,0	1.520,0
1991	746,1	955,0	1.701,1
1992	940,4	798,0	1.738,4
1993	896,5	818,5	1.715,0
1994	1.222,7	886,6	2.109,3
<b>Total</b>	<b>4.190,7</b>	<b>4.575,1</b>	<b>8.765,8</b>
%	47,81	52,19	100,0

**Fonte:** Secretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - Seain/Seplan-PR.

**(1)** Montantes aprovados pelas respectivas diretorias executivas.

**Tabela 5.11**

**Brasil - Participação do setor de saneamento no total de empréstimos externos concedidos pelo BIRD e BID 1990/1994 (em US\$ milhões correntes)**

Anos	Total dos Empréstimos BIRD + BID	Empréstimos concedidos ao setor de saneamento (BIRD + BID)				Participação dos empréstimos do setor de saneamento nos empréstimos totais (B/A em %)
		União	Estados	Municípios	Total (B)	
1990	1.502,0	-----	280,0	-----	280,0	18,64
1991	1.701,1	350,0	-----	-----	350,0	20,57
1992	1.738,4	250,0	1.030,2	-----	1.280,2	73,64
1993	1.715,0	-----	145,0	-----	145,0	8,45
1994	2.109,3	-----	350,0	-----	350,0	16,5
<b>Total</b>	<b>8.765,8</b>	<b>600,0</b>	<b>1.805,2</b>	<b>-----</b>	<b>2.405,2</b>	<b>27,44</b>

**Fonte:** Seain/Seplan-PR.